

**São José das Palmeiras, 02 de Julho de 2021.**

**DE: SECRETARIA DE SAÚDE  
PARA: SETOR DE FINANÇAS**

Prezado Senhor

**Solicito que informe a dotação orçamentária para aquisição  
de Equipamentos de Informática, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de  
São José das Palmeiras - PR.**

**Cordialmente**

**ERONISES FERNANDES DA SILVA  
Secretário Municipal de Saúde**

São José das Palmeiras, 02 de Julho de 2021.

De: Setor de Finanças  
Para: Secretaria de Saúde

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção à solicitação expedida por Vossa Excelência, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para pagamento das obrigações para aquisição de Equipamentos de Informática, destinado à Secretaria de Saúde do município de São José das Palmeiras-PR, sendo que o pagamento será efetuado através da seguinte dotação orçamentária.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	1852	06.002.10.301.0007.1009	4971	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Cordialmente

Aparecida Conceição Sant Ana Ribeiro  
Secretária de Finanças

## **SOLICITAÇÃO**

**DA: SECRETARIA DE SAÚDE**  
**PARA: PREFEITO MUNICIPAL**

### **1 – OBJETO**

Aquisição de Equipamentos de Informática (computadores, impressoras, monitores, teclados e mouses) destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

### **2 - JUSTIFICATIVA**

O Município de São José das Palmeiras tem de forma constitucional a obrigação de oferecer alguns serviços públicos, sendo um deles proporcionar condições de saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde, assim como todas as unidades de saúde do Município tem a obrigação de alimentar alguns sistemas específicos para informar a produção dos serviços realizados em todos os setores da saúde: Atenção Básica, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, etc. Grande parte dos recursos vindos da União e do Estado para custear os serviços do SUS, são calculados através da produção e dos indicadores de saúde do Município. Desta forma o envio destas informações é vital para o Município. E para que isto aconteça de forma eficaz é necessário possuir equipamentos de informática com capacidade técnica para suportar os Programas instalados. Considerando que os equipamentos utilizados atualmente na Secretaria de saúde, bem como na UBS, são equipamentos velhos que já não suportam as rotinas de trabalho, vindo a apresentar problemas com frequência, bem como o fato de alguns equipamentos tornarem-se obsoletos devido os constantes avanços da área da informática, desta forma, vê-se a necessidade de fazer a substituição deles para evitar inconvenientes futuros.

Portanto, esta compra tem por objetivo melhorar a capacidade do desenvolvimento das atividades administrativas e desta forma contribuir para o bom andamento dos serviços realizados pelos servidores.

Assim, considerando todos os aspectos dos serviços públicos oferecidos/realizados pelo Município de São José das Palmeiras do Paraná, há a necessidade da aquisição destes equipamentos para proporcionar condições adequadas de trabalho aos colaboradores e por consequência prestar o melhor atendimento possível a todos os munícipes.

### **3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O Critério de julgamento será o menor preço unitário do item.

### **4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS**

QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	VLR DEFINIDO
--------	-------	-------------------------------------	--------------

02	Uni.	<b>Impressora Laser Multifuncional</b> (impressora, copiadora e scanner). Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; Impressora com tecnologia a Laser; Padrão de cor monocromático; Tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza); Memória 128 MB; Resolução de impressão (melhor) até 1.200 x 1.200 DPI; Resolução de digitalização 600 x 600 DPI; Resolução de cópia 600x600; Velocidade de impressão 20 PPM preto e branco; Ciclo mensal 10.000 páginas; Conectividade USB e WIFI; Frente e verso manual; O produto deverá ser novo. Garantia mínima de 12 meses. Voltagem 110v ou Bivolt. Cor: Preta ou Branca. Conteúdo da caixa: 01 impressora multifuncional, 01 cartucho de impressão preto, Manual em Português, 01 Cabo de alimentação.	R\$ 2.150,00
02	Uni.	<b>Computador. (gabinete).</b> Especificações mínimas exigidas: Processador Intel core i3 ou superior. Sistema operacional Windows 10 (64 bits) em Português (Brasil). O sistema operacional deverá ser entregue pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessários para o perfeito funcionamento do computador. Deverá acompanhar o equipamento a mídia personalizada do fabricante (DVD) para restauração do sistema operacional ou disponível para download no site oficial. Disco Rígido SSD de 500 GB, ou superior. Memória RAM 4 GB ou superior. Taxa de transmissão 10/100/1000 Mbts. Voltagem 110V ou Bivolt. Acompanhar cabo de energia. Cor Preta. Equipamento novo garantia mínima de 6 meses.	R\$ 2.790,00
02	Uni.	<b>Monitor.</b> Tamanho da tela 18,5", ou superior. Tela plana tipo LED. Proporção da tela 16:9. Brilho de 200 cd/m2 ou superior. Alta resolução. Pedestal com regulagem de inclinação. Visor antirreflexo. Controles na tela: brilho; cor; contraste; sair; imagem; idioma; menu. Voltagem 110v ou Bivolt. Possuir no mínimo duas entradas para conectores, sendo uma entrada D-SUB . Conteúdo da embalagem: 01 monitor, 01 cabo D-SUB, fonte de alimentação, manual do usuário. Cabos com comprimento de 1,5 metros, aproximadamente. Garantia de 12 meses.	R\$ 690,00
05	Uni.	<b>Teclado.</b> Teclas macias e silenciosas. Compatível com Windows 10. Padrão brasileiro ABNT-2. Conector tipo USB com tecnologia plug and play (permite o computador reconhecê-lo e automaticamente instalar, sem precisar do usuário configurar). Com regulagem de altura e inclinação. Comprimento do cabo superior a 1 metro. Cor preta. Garantia de 12 meses.	R\$ 50,00

05	Uni.	<b>Mouse.</b> Óptico, com 3 botões, esquerdo, direito e central próprio para rolagem. Formato ambidestro. Resolução mínima 1000 dpi ou superior. Conexão USB com tecnologia plug and play (permite o computador reconhecê-lo e automaticamente instalar, sem precisar do usuário configurar). Comprimento aproximado do cabo de 1,5 metros. Compatível com Windows 10. Produto novo. Cor Preta. Garantia de 12 meses.	R\$ 25,00
----	------	---	-----------

## 5 - DO LOCAL DE ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues no Município de São José das Palmeiras, na Secretaria Municipal de Saúde.

## 6 – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos produtos será 60 (sessenta) dias, após a realização do pedido.

O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento noventa) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado.

## 7 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O acompanhamento da entrega dos produtos ficará a cargo do Secretário Municipal de saúde, Sr. Eronises Fernandes da Silva, a fiscalização do contrato a cargo da **Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, podendo recusar-se a receber produtos cujo nível de qualidade não seja similar aos especificados no edital. Sendo que o Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias.

## 8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Termo;

Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

Solicitar a(s) mercadoria(s);

Verificação das quantidades da(s) mercadorias(s) entregues;

## 9 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dotação orçamentária de recurso advindo do Governo do Estado do Parana, através do Programa de Qualificação das Ações de Atenção e Vigilância em Saúde (VIGIASUS- Res. SESA nº 615/2019)

mediante a entrega dos produtos e a apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa

#### **10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	1852	06.002.10.301.0007.1009	4971	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

#### **11 - DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS**

Pelo presente, declaro que os orçamentos das empresas: A. Carnevali – EIRELI – EPP, J. Lisboa Indústria e Comércio EIRELI – ME e LSNET Suplementos e Produtos de Informática LTDA, foram por mim recebidos e rubricados, passando integrar o presente Termo de Referência.

**ERONISES FERNANDES DA SILVA**  
Secretário de Saúde

#### **12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligências que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 02 de Julho de 2021.

#### **RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ERONISES FERNANDES DA SILVA**  
Secretário de Saúde

São José das Palmeiras, 02 de Julho de 2021.

De: Gabinete do Prefeito

Para: Comissão Permanente de licitação

Prezado Senhor:

Em vista da solicitação da Secretaria de Saúde, visando à aquisição de Equipamentos de Informática, fica Vossa Senhoria autorizado a dar prosseguimento à abertura de processo de licitação, consoante com a Lei 8.666/93.

Atenciosamente

**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**  
Prefeito Municipal em Exercício

DA: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Licitação modalidade Pregão Presencial nº 024/2021

Por determinação do Senhor Prefeito Municipal e Secretaria de Saúde, referente ao Pregão Presencial nº 024/2021, em que transcorre o procedimento licitatório nesta modalidade, do tipo “menor preço”, para aquisição de Equipamentos de Informática que faz parte deste Pregão Presencial veio a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico quanto à minuta do instrumento de Pregão Presencial, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Examinada a minuta referida e encartada, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, visto que presente as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Quanto ao objeto pretendido pela Administração - aquisição de bens e serviços comuns, tem-se que este objeto é compatível com o Pregão, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

Por outro lado, se faz necessário manifestar acerca da realização de licitações na modalidade Pregão, em sua forma presencial, tendo em vista o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, firmado através do Acórdão nº 2.605/2018, sobre a utilização prioritária do Pregão em sua forma eletrônica.

Embora o TCE/PR, através do Acórdão nº 2605/2018 tenha firmado entendimento no sentido de que o Pregão em sua forma eletrônica deve ser utilizado como regra pela Administração Pública, a própria decisão frisa que, conforme o caso concreto e desde que devidamente justificada a escolha, pode ser utilizado o Pregão em sua forma presencial.

Assim, ressalta-se que tal escolha deve considerar as particularidades de cada município, tendo em vista a situação local de cada ente, que difere bastante em razão do tamanho e das condições econômicas de cada cidade, bem como em razão das peculiaridades de fornecedores locais.

Passamos, portanto, a analisar as situações que justificam no Município de São José das Palmeiras/PR, a utilização do Pregão em sua forma presencial.

Verifica-se que a maioria das licitações realizadas no Município de São José das Palmeiras/PR se dão através da modalidade Pregão, em sua forma presencial, em razão

das particularidades que envolvem as compras e contratações públicas da Administração Municipal, conforme passamos a analisar.

O primeiro ponto a ser analisado é o que determina o regulamento municipal quanto ao tema, pois bem, no Município de São José das Palmeiras/PR a utilização do Pregão está disciplinada pela Lei Municipal n.º 402/2009.

A referida norma estabelece no Art. 2º, § 2º, que “poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação próprios ou por convênios ou contratos firmados com as instituições de que trata o parágrafo anterior, por meio de regulamentação específica através de ato do Executivo, em observância da legislação federal regente da espécie”.

Contudo, nota-se que não há ato do executivo municipal sobre a utilização do Pregão em sua forma eletrônica.

A utilização da licitação na modalidade Pregão está disciplinada pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, o qual estabelece no § 1º do art. 3º que “dependerá de regulamentação específica a utilização de recursos eletrônicos ou de tecnologia da informação para a realização de licitação na modalidade de pregão”.

Assim, na esfera federal o Pregão Eletrônico na legislação federal foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, o qual determina no art. 2º que “o pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet”.

Contudo é bastante importante avaliar que o objetivo principal da licitação é o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, situação esta que, considerando a realidade do Município de São José das Palmeiras/PR, não se alcançará se a regra for realizar Pregões na forma eletrônica.

Por outro lado, se faz também necessário nessa abordagem considerar que o Município é de pequeno porte, conta com pouco mais de 3 (três) mil habitantes, conforme o último censo realizado, além disso é um Município de baixa arrecadação, cujas receitas previstas, comparado à Municípios maiores, são bem pequenas, como é o caso da previsão de receitas para o ano.

Assim, considerando que as compras e contratações feitas pela municipalidade não apresentam, em regra, complexidade nos objetos licitados frequentemente, a Administração Municipal acaba por se valer do Pregão em quase a totalidade de suas licitações para a aquisição de bens e serviços comuns, na sua forma presencial.

Ainda, é preciso ponderar que a maioria das demandas de compras e contratações que o Município de São José das Palmeiras/PR necessita fazer para atendimento de suas necessidades públicas e para que possa manter a máquina pública

girando, são em sua grande maioria de itens ou de serviços, simples, sem menores complexidades que são atendidos por fornecedores locais e ou regionais.

Além disso, cabe consignar nesta análise que a realidade das empresas locais e regionais do Município e das cidades vizinhas, que também são municípios de pequeno porte, é constituída por empresas pequenas, na maioria das vezes microempreendedores individuais, os quais não apresentam condições de participar de pregões eletrônicos, seja por falta de recursos tecnológicos ou por falta de recursos financeiros e até mesmo de instrução suficiente para que possam concorrer com empresas mais bem estruturadas.

Além do grande prejuízo que é a falta de participação de empresas locais, fato este contrário à busca pelo desenvolvimento econômico local, há que se considerar que a utilização da forma eletrônica do Pregão resultaria em contratações de empresas distantes, encarecendo assim os custos para o Município, pois as compras e contratações são feitas geralmente em pequenas quantidades, considerando o porte do Município e a demanda a ser atendida.

Cabe ainda destacar que em muitas situações, como por, exemplo, contratações de serviços de mecânica e elétrica de automóveis, fornecimento de combustíveis e de saibros e pedras para as estradas rurais do Município, o qual, ressalte-se, é em sua grande maioria de extensão rural, há limitação de distância para a participação das empresas, de forma justificada, tendo em vista a necessidade de obediência ao princípio da economicidade e da eficiência, pois não se mostra sequer plausível que para abastecer um veículo, ou para realizar manutenção na frota municipal o Município precise arcar com gastos de deslocamentos distantes.

Além disso, cabe anotar que para o Município de São José das Palmeiras/PR que conta com um quadro bem reduzido de servidores, onde no Departamento de Compras e Licitações há apenas um servidor que atua como Pregoeiro, o qual precisa realizar todos os atos do certame, bem como analisar toda a documentação de empresas participantes.

Portanto, a modalidade Pregão em sua forma presencial se mostra mais célere e eficaz nas compras e contratações deste Município.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Desta forma, a minuta pode ser adotada. Restituam-se os autos à Secretaria responsável.

São José das Palmeiras, 07 de Julho de 2021

**Herbert Correa Barros**  
Advogado do Município